

Pensar o direito à cidade através do planear com a diversidade

Marluci Menezes - Geógrafa / Antropóloga

Núcleo de Ecologia Social (NESO), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)

Av. do Brasil, n.º 101, 1700.066, Lisboa – Portugal

Tel.: (351) 218443687; Fax: (351) 218443027; Email: marluci@lnec.pt

Palavras-chave: inclusão sociocultural, cidade, diversidade, políticas urbanas, segregação e exclusão sócio-espacial

De entre as preocupações para com as problemáticas urbanas contemporâneas, pelo menos de um ponto de vista reflexivo, julga-se pertinente considerar a tendência para uma abordagem mais sistémica e indiscriminada do espaço urbano, reflectida na intenção de promoção do desenvolvimento socio-urbanístico sustentável e integrado. Pode-se considerar que existem políticas e linhas de orientação para a implementação de intervenções ao nível de uma política das cidades e planeamento urbano que facultam, de um ponto de vista teórico, a integração económica, social, cultural e espacial das diferenças. Verificam-se, assim, alguns conceitos, critérios e instrumentos de acção de carácter territorial que podem favorecer o desenvolvimento da diversidade através de uma perspectiva de inclusão social e melhoria da qualidade de vida urbana. Mas, quando se passa à prática, a realidade é mais complexa e marcada por uma dificuldade de desenvolvimento de um trabalho integrado e participado, quer no que respeita à aplicabilidade dos instrumentos, quer ao nível da regulamentação e programação, quer ainda ao nível do planeamento e do projecto urbano propriamente dito. Observa-se que, no plano das culturas urbanas, é importante aprofundar o conhecimento sobre como a diversidade pode (deve?) fazer parte do projecto urbano.

Um dos aspectos que caracteriza as cidades contemporâneas é a importância com que as dissemelhanças se manifestam. Na sua explicitação, usualmente se insiste no papel que as dinâmicas de globalização, metropolização e (i)migração (entre outras), detêm no enformar das espacialidades urbanas da actualidade. Paradoxalmente, algumas dessas cidades têm também sido consideradas a partir da redução da sua significação colectiva. Essa redução resultaria na propensão para a afirmação de espaços arquitectónicos homogéneos e standardizados. O paradoxo em causa poderia ser, eventualmente, simplificado pelos pares homogeneidade/heterogeneidade, redução/complexificação, igualdade/diversidade do espaço urbano contemporâneo. O que, de um ponto de vista sociocultural, parece querer fazer crer na aparente separação entre organização social e organização física do espaço. Na verdade, o que o 'aparente paradoxo' faz transparecer é a necessidade de (re)problematizar a forma e os modos como são abordadas as espacialidades urbanas. E, não menos importante será dizer: complexificar as formas e os modos como a "diversidade necessita de abordar a diferença e a desigualdade" (Reeves, 2005). Para Bettanini (1982), é fundamental "reconhecer que o espaço fala no plural, que o próprio termo veicula uma ambiguidade de significados". Desse ponto de vista, é necessário ter em consideração o sentido plural das necessidades, práticas, percepções, representações, aspirações, valores e o imaginário relativo a esse mesmo espaço.

Na especificidade da reflexão que se pretende desenvolver e, como tal, dos seus limites, será recorrente discutir sobre: 1) a necessidade de tornar mais dialogante a dimensão cultural da diversidade com a dimensão planeadora/projectual e construtiva/edificada do espaço; 2) a necessária construção de uma perspectiva multidimensional e participativa de abordagem das

espacialidades urbanas e, como tal, de um trabalho inter/multidisciplinar e participado de plano, projecto, intervenção e de gestão social da diversidade; 3) a importância de um acompanhamento técnico-metodológico e intermediador dos processos de concepção e implementação de planos, programas, projectos de intervenção e de gestão urbana.

A reflexão a desenvolver terá como principal referência uma (re)visitação ao estudo “La mixité sociale: une référence européenne partagée?” (2005-2006), desenvolvido pelo Núcleo de Ecologia Social (NESO) do LNEC, conforme solicitação do Centre de Recherche sur l'Espace, les Transports, l'Environnement et les Institutions Locales (C.R.E.T.E.I.L.), da Université Paris XII. O objectivo geral deste estudo foi analisar a incidência da noção de *mistura social* nas políticas do habitat em quatro países da Europa (França, Alemanha, Espanha e Portugal). O NESO desenvolveu a parte da contextualização da situação portuguesa (Menezes, et al: 2006). A orientação geral de pesquisa teve as seguintes características: 1) identificação: a) das características de enquadramento e aplicabilidade do conceito *mixité sociale* em França, b) dos principais termos aproximados ao de mistura social conforme utilizados em Portugal no âmbito do discurso oficial; 2) abordagem das problemáticas ligadas à habitação, à imigração e minorias étnicas em Portugal e ao ordenamento do território, planeamento e desenvolvimento urbano, de modo a sublinhar os principais critérios adoptados no âmbito das políticas, reflexões e práticas de intervenção e os principais instrumentos a que se recorre. Como ponto de partida de análise procurou-se compreender como determinados conceitos são definidos, enquadram políticas e definem práticas. Em síntese, o estudo desenvolvido permitiu-nos: 1) relacionar algumas características da situação francesa no que concerne à aplicabilidade da noção *mistura social* nas políticas habitacionais e práticas de intervenção – identificando os seus principais impactes e contradições – com o contexto português, de modo a identificar similaridades entre conceitos e critérios, bem como distinguir diferenças e detectar especificidades; 2) desenvolver uma breve abordagem dos termos utilizados em Portugal, de modo a construir um *check-list* onde são identificadas as principais dimensões com que determinados conceitos são caracterizados e mais utilizados; 3) construir uma grelha sintético-analítica onde é possível identificar *qual, como* e em que *tipo de acção* determinados conceitos têm sido aplicados pelo discurso oficial; 4) desenvolver uma contextualização inter-relacionada do sector habitacional, da imigração e do ordenamento do território, planeamento e desenvolvimento urbano em Portugal, desse modo sublinhando as suas principais características, os aspectos positivos, algumas das suas contradições e pontos críticos. Com base nessa revisitação e tendo por referência alguns aspectos da conjuntura presente, se retoma alguns dos resultados deste estudo para defender a importância do direito à cidade como um (também) direito à diversidade, como da criação e consolidação de mecanismos vocacionados para uma gestão social da diversidade que prime pela inclusão social e cultural das diferenças.

Bibliografia citada

BETTANINI, Tonino (1982). *Espaço e Ciências Humanas*; Paz e Terra, Rio de Janeiro

MENEZES, M., Almeida, A. (2006). *La mixité sociale: le Portugal*. In *La mixité sociale: une référence Européenne Partagée? Comparaison européenne a partir de la référence Française: Allemagne, Espagne, Portugal, Septembre 2006*; C.R.E.T.E.I.L., Université de Paris II - Institut d'Urbanisme de Paris

REEVES, D. (2005). *Planning for Diversity - Policy and Planning in a World of Difference*. London and New York: Routledge.